



## XIV COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA – CIGU

### A Gestão do Conhecimento e os Novos Modelos de Universidade

Florianópolis – Santa Catarina – Brasil  
3, 4 e 5 de dezembro de 2014.

ISBN: 978-85-68618-00-4

## GESTÃO DA SEGURANÇA DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR DO BRASIL

**Eliza Regina Cordeiro**

Universidade Federal de Santa Catarina

[lizdailha@gmail.com](mailto:lizdailha@gmail.com)

### RESUMO

O presente artigo, elaborado por meio de uma pesquisa teórica, discute os problemas referentes à gestão da segurança no interior dos “campi” das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) no Brasil, principalmente após a edição da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998 (BRASIL, 1998), que extinguiu o cargo de vigilante nas IFES. Demonstra a importância da presença da universidade em estudos e pesquisas na área da segurança pública, em parceria com as polícias e as secretarias municipais e estaduais de segurança. Discute a importância das ações de responsabilidade social da universidade, através de sua tríplice função: ensino, pesquisa e extensão, estarem voltadas para o aprimoramento e a transformação qualitativa da sociedade humana. Os resultados da pesquisa demonstram que a universidade, por meio de estudos, pesquisas e projetos de extensão, deve ser capaz de produzir novos conhecimentos e aplicá-los à realidade social. Ela deve contribuir para solucionar os atuais problemas da sociedade.

**Palavras-chave:** Segurança Pública. Responsabilidade Social. Segurança. Universidade.

### 1. Introdução

A preocupação cotidiana em relação à questão da violência e da segurança pública no Brasil tem assumido papel de destaque na atualidade. A proximidade da violência e da criminalidade é sentida por todos, fenômeno este que vem atingindo, principalmente, os grandes centros urbanos da nação. (FADUL, 2007; AMORIM, 2013).

Segundo Saporì (2007), é crescente e progressiva a deterioração da ordem pública nas grandes cidades do país desde o início da década de 1980. Porém, nos últimos vinte anos, foram muitos os estudos e pesquisas acerca da criminalidade e do aumento da violência na sociedade brasileira. Fato este que possibilitou uma noção mais apurada das características do fenômeno criminoso e de seu impacto na qualidade de vida da população.

A universidade vem desenvolvendo estudos e pesquisas na área da segurança pública, em parceria com as polícias e as secretarias municipais e estaduais de segurança. Futuramente esta parceria trará resultados substanciais “[...] para a consolidação de uma polícia moderna e democrática, capaz de defender a vida de todos os cidadãos.” (MISSE, 2013, p. 11)

O elevado nível de complexidade que, ano após ano, vem caracterizando os avanços da sociedade moderna, especialmente na segunda metade do século XX e neste início de novo século, vem exigindo cada vez mais uma especialização técnica,

métodos científicos e a incorporação de novas tecnologias na área de segurança pública. (MISSE, 2013, p. 9).

As universidades, como instituições públicas, são ambientes de transmissão e troca de conhecimentos, lugar no qual todos os indivíduos deveriam se sentir seguros. Entretanto, as universidades refletem, reproduzem e não estão imunes aos acontecimentos da sociedade, têm sido frequentes as ocorrências de furtos, assaltos, homicídios, estupro e tráfico de drogas no ambiente das universidades públicas e privadas de todo o país (PIROLO; MORESCO, 2012).

Nesse contexto elegeu-se para o presente artigo o seguinte problema de pesquisa: Como ocorre a gestão da segurança nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES)?

Para atender o citado problema de pesquisa definiu-se como objetivo deste artigo analisar a gestão da segurança nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

Uma pesquisa deve justificar-se pela sua importância, oportunidade e viabilidade (ROESCH, 2009).

Em relação a sua importância, justifica-se pela necessidade de demonstrar para a sociedade a importância de novos estudos e pesquisas na área da segurança para aplicá-los na realidade social, pois é dever da universidade auxiliar na solução dos atuais problemas da sociedade.

Justifica-se a oportunidade do estudo após ampla pesquisa na base de dados de dissertações e teses da Universidade Federal de Santa Catarina, e haver constatado a escassez de trabalhos acerca da referida temática.

O trabalho foi viabilizado através de pesquisa em livros junto à Biblioteca Universitária, de leitura de artigos científicos e teses disponibilizadas na plataforma *moodle*, disponibilizados pelos professores do Mestrado Profissional em Administração Universitária e através de pesquisas na internet.

## 2. Segurança Pública

O homem foi levado a reunir-se e conviver em grupos por necessidade de proteção e segurança, desde seus primórdios. Tal fato impulsionou a socialização humana, fez surgir uma organização social que mais a frente se constituiu no embrião do Estado. É preciso destacar que, séculos depois, ainda é um grande desafio para o Estado moderno assegurar proteção e segurança adequadas ao cidadão. As ameaças sofridas pelo homem no início da socialização eram consequência do ataque de feras selvagens, de outros agrupamentos humanos e da ação da natureza, isto é, se constituíam em ameaças externas. Na atualidade é derivada, em geral, dos próprios membros do grupo social em que o indivíduo está inserido.

Segundo Kassburg (2013, p. 150),

[...] nunca a máxima de Hobbes esteve tão evidenciada: o homem comporta-se como o lobo do próprio homem. A passagem bíblica em que Caim mata seu irmão Abel parece ilustrar certa pretensão inata à violência, marcada no genoma humano. Desde o surgimento do Estado que se busca assegurar de modo eficaz essa função básica de garantir a segurança e a tranquilidade aos administrados, tarefa que se mostra cada vez mais complexa e difícil à medida que a sociedade se transforma.

O fenômeno da violência tem crescido significadamente na sociedade contemporânea, de forma mais evidente nas duas últimas décadas. Essas estatísticas são

intensiva e constantemente exploradas pelos meios de comunicação, fazendo com que a violência represente uma das grandes preocupações da sociedade. No Brasil, as autoridades, a mídia e a própria sociedade insistem em mensurar a segurança pública e a eficiência da polícia, de forma genérica, pelas suas ações repressivas e espetaculares. Ações estas medidas pelo número de prisões realizadas ou, o que é mais estúpido, ainda, pelos tiros disparados e pela quantidade de bandidos mortos. (GUIMARÃES, 2014; TEZA, 2011; SAPORI, 2007).

A sociedade brasileira progride no processo democrático, de forma parcimoniosa, e igualmente na provisão de diversos bens coletivos como saúde, educação e trabalho, o mesmo não ocorre em relação à ordem pública. Nas últimas décadas houve uma considerável deterioração da capacidade do poder público para controlar a criminalidade e a violência. Estudos demonstram uma nova configuração da criminalidade no país: a violência está mais concentrada nas áreas urbanas, as atividades criminosas estão cada vez mais organizadas e pautadas por uma racionalidade tipicamente empresarial. São os casos do tráfico de drogas, do contrabando de armas e mercadorias, do roubo de cargas, entre outros. (SAPORI, 2007).

A pressão exercida pela opinião pública no combate à problemática tem feito que os governantes coloquem a questão do enfrentamento da criminalidade e da sensação de insegurança como prioridade em suas agendas. (GUIMARÃES, 2014).

Kassburg (2013, p. 150), argumenta que neste

[...] contexto geral que envolve o avanço da criminalidade, parecer ter sido gestada uma sociedade em que o prazer pessoal e imediato se apresenta como o supremo sentido da vida, donde apenas o *ter* tem significância, enquanto o *ser* foi reduzido à categoria de coisa, mero objeto. A partir dessa visão hedonista, tendo as drogas como grande fomento, as portas do crime se alargaram de forma inimaginável, a crueldade recrudesciu, tornando-se, não raro, quase indescritível.

É preciso destacar que nos países que, recentemente, foram governados por regimes autoritários de governo a consolidação da democracia vem sendo impactada pelo aumento da violência e da insegurança. A população vive um sentimento de pânico, aliado ao insucesso consecutivo dos governos em reverter o problema, fato que acaba alimentando processos de fragmentação social e, que contribuem

[...] para a deslegitimação das instituições estatais de ordem, impedindo o apoio público ao ideal de universalidade da cidadania e dos direitos humanos e minando a confiança da população na autoridade da norma democrática. O que é preciso destacar é que esses elementos são essenciais na consolidação de um novo projeto de Segurança Pública. (GUIMARÃES, 2014, p. 1).

O processo de globalização econômico-financeira, presente em nossa sociedade desde o início do século 21, provocou profundas mudanças no papel do Estado na gestão pública e na sua relação com a sociedade e o mercado. (CARVALHO; SILVA, 2011)

Segundo Pereira (2013), o mercado de trabalho, o comércio internacional, a liberdade de movimentação e a qualidade de vida da população estão sendo impactados pela lógica globalizante que muda de intensidade de acordo com o nível de desenvolvimento das nações. Nos países pobres ou em desenvolvimento a implacável política neoliberal é apontada como responsável pelo desemprego, pelos salários baixos, as diferenças sociais gritantes e a dependência do capital internacional.

Segundo o sociólogo Zigmunt Bauman (2009, p. 14), vivemos

um momento em que a sociabilidade humana experimenta uma transformação que pode ser sintetizada nos seguintes processos: a metamorfose do cidadão, sujeito de direitos, em indivíduo em busca de afirmação no espaço social; a passagem de estruturas de solidariedade coletiva para as de disputa e competição; o enfraquecimento dos sistemas de proteção estatal às intempéries da vida, gerando um permanente ambiente de incerteza; a colocação da responsabilidade por eventuais fracassos no plano individual; o fim da perspectiva do planejamento a longo prazo; e o divórcio e a iminente apartação total entre poder e política. (BAUMAN, 2009, p.14).

A globalização reduziu o papel do Estado na esfera social e econômica. Porém, no âmbito da segurança pública houve um aumento dos instrumentos de controle sobre a sociedade. (CARVALHO; SILVA, 2011).

O aumento da violência e da criminalidade, na maioria dos casos, é causado pelo desemprego, pela falta de assistência social, pela ausência de oportunidades iguais para todos na sociedade, pela desigualdade social e pela pobreza. Os delitos são de caráter econômico e estão relacionados à opressão do capital, bem como a metamorfose do mundo do trabalho com a introdução de novas tecnologias e novas formas de acumulação de lucro. (TAQUES, 2007; CARVALHO; SILVA, 2011).

“Quando os indivíduos partem para a criminalidade, apressando-se ou tentando garantir-lhes o que foi negado, o caminho que se visualiza é a prisão, já que o Estado passou de “Estado de bem-estar social” para “Estado penal”, isto é, opressor, que pune.” (TAQUES, 2007, p. 3). O “Estado penal” é resultante “[...] da deterioração das relações sociais de produção e da precarização das formas de trabalho, impostas pelo “Estado neoliberal”, implantado para atender aos ditames do mercado.” (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 60).

O relativo abandono de crianças e adolescentes das nossas periferias, a inexistência de definições políticas que permitam o desenvolvimento de programas efetivos de resgate social dos jovens em situação de risco, a resposta tradicional da repressão e do encarceramento massivo e a crise penitenciária produzida por uma política criminal equivocada e pela omissão oficial fazem com que a reprodução ampliada do crime e da violência no Brasil encontre as condições ideais. Desconstruir estas condições é, hoje, o principal desafio para uma política exitosa de segurança no Brasil. (Rolim, 2007, p. 44).

É correto afirmar que uma política de segurança pública pautada na repressão ao crime através da resposta penal – atuando nas consequências e não nas causas da violência – não é capaz de atender às expectativas da sociedade contemporânea. (KASSBURG, 2013). É necessário e fundamental que a sociedade, por meio de suas instituições representativas, participe ativamente do planejamento das políticas públicas. É preciso efetiva participação social diante da complexidade da questão “[...] como forma de democratizar o aparelho estatal no sentido de garantia de uma segurança cidadã.” (CARVALHO; SILVA, 2011, p. 60).

É crescente a presença da universidade e da pesquisa séria e conscienciosa na área de segurança pública no Brasil. As universidades vem atuando em parceria com as polícias e as secretarias municipais e estaduais de segurança e defesa social. Os relevantes estudos e pesquisas na área da segurança pública são decorrentes do aumento dos cursos de pós-graduação voltados para a formação do policial brasileiro e do interesse crescente dos grupos de pesquisa das universidades pela referida temática. Esta parceria estratégica trará resultados, a médio e longo prazo, será imprescindível para a “[...] consolidação de uma polícia moderna e democrática, capaz de defender a vida de todos os cidadãos, o que engloba desde a prevenção dos crimes violentos até a defesa intransigente de nosso meio ambiente.” (MISSE, 2013, p. 11).

A universidade, por meio de estudos, pesquisas e projetos de extensão, deve ser capaz de produzir novos conhecimentos e aplicá-los à realidade social. Ela deve contribuir para solucionar os atuais problemas da sociedade. (SOUZA, 2009). A segurança é um deles.

Segundo Andrade (2012, p. 350), é possível fazer a cartografia, na forma de DIRETRIZES, de um novo modelo de segurança pública à luz do princípio reitor da proteção integral dos direitos humanos:

a) Para ultrapassar o paradigma repressivo em segurança pública é necessário ultrapassar e redefinir os conceitos fundamentais e o senso comum que lhe dão sustentação: criminalidade (identificada com criminalidade de rua e da pobreza), violência (identificada com esta criminalidade) e segurança pública (identificada com segurança contra esta criminalidade).

- b) A manutenção desse tripé significativo alimenta uma “luta” seletiva, estigmatizante e genocida contra a pobreza, notadamente contra a adolescência e a juventude pobre e negra das periferias brasileiras, configurando o controle penal como violência institucional;
- c) O conceito de criminalidade deve ser dissociado do conceito de violência (individual), e ambos devem ser dissociados de sua histórica vinculação estereotipada e estigmatizante à criminalidade da pobreza (notadamente dos crimes contra o patrimônio).
- d) Criminalidade deve ser entendida e visualizada em sentido lato como a prática de condutas definidas como crime pela lei penal (tipos penais).
- e) Segurança deve ser dissociada do adjetivo pública e de segurança contra essa criminalidade para ser concebida como um direito social de qualquer pessoa.
- f) Agregar políticas sociais preventivas às políticas criminais repressivas (binarismo positivista).
- g) Prevenir criminalidade com políticas sociais implica criminalização das políticas sociais e distorção do Estado social pelo Estado penal; implica converter a luta social contra a pobreza em luta preventivo-penal contra os pobres.
- h) Este preventivismo nada tem de novo porque continua operando com o velho conceito de criminalidade (estereotipante e estigmatizante) utilizado para mapear a priori e seletivamente qual criminalidade e quais sujeitos devem ser objeto de repressão, qual vitimação deve ser objeto de prevenção.
- i) Um novo paradigma de segurança como direito social (segurança do ser humano combinada com segurança da coletividade) deve libertar-se do paradigma repressivo (da segurança contra a criminalidade, de mapeamento desta criminalidade) para se basear num paradigma de segurança do conjunto dos direitos humanos.
- j) As políticas sociais devem operar, nesse sentido, como um dos mecanismos de realização do bem “segurança” para todos.

### 3. A responsabilidade social da Universidade

A educação superior tem assumido papel de destaque por sua contribuição no crescimento econômico, no desenvolvimento cultural da sociedade e, sobretudo, por seu papel no desenvolvimento da humanidade. (MELO; MELO; NUNES, 2009).

A universidade é uma instituição social que representa de modo determinado a estrutura e o modelo de funcionamento da sociedade como um todo. No interior de uma instituição universitária pode-se observar

a presença de opiniões, atitudes e projetos conflitantes, exprimindo as divisões e contradições da sociedade. Essa relação entre a universidade e a sociedade é o que explica que, desde o seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social, ou seja, uma ação social, uma prática social, fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, num princípio de diferenciação que lhe confere autonomia perante outras instituições sociais. (CHAUI, 2003, p.5)

Santos (2008), afirma que a universidade do século XXI se defronta com três crises: a crise de hegemonia, a crise de legitimidade e a crise institucional. Dessas crises, a mais ampla e que afeta diretamente a universidade é a crise de hegemonia, por ferir o conhecimento que produz e dissemina. A crise de hegemonia é consequência da crescente descaracterização intelectual da universidade. Resulta das contradições entre as funções tradicionais da universidade e as que ao longo do século XX lhe foram sendo conferidas. De um lado, a produção de alta cultura, pensamento crítico e conhecimentos exemplares, científicos e humanísticos, necessários à formação das elites de que a universidade se tinha vindo a ocupar desde a Idade Média européia. Do outro, a produção de padrões culturais médios e de conhecimentos instrumentais, úteis na formação de mão de obra qualificada exigida pelo desenvolvimento capitalista. A incapacidade da universidade para exercer

plenamente funções contraditórias levara o Estado e os agentes econômicos a procurar fora da universidade meios alternativos de atingir esses objetivos. Ao deixar de ser a única instituição no domínio do ensino superior e na produção de pesquisa, a universidade entrara numa crise de hegemonia.

A crise de legitimidade é decorrente do gradativo fracionamento do sistema universitário e a crescente desvalorização dos diplomas universitários, em geral; aliados à pressão advinda dos movimentos sociais e das aspirações sociais das classes média e popular pela democratização da universidade, para que ela não fosse uma instituição destinada apenas às elites e tão somente com o propósito de formar elites. (SANTOS, 2008).

A crise institucional é produzida pela contradição existente entre a reivindicação da autonomia na definição dos valores e dos objetivos da universidade e uma pressão crescente para submeter esta última a critérios de eficácia e de produtividade de natureza empresarial ou de responsabilidade social, isto é, a crise institucional decorre da contradição entre autonomia universitária, a eficácia de natureza empresarial e a responsabilidade social. Nos últimos trinta anos a crise institucional da universidade na grande maioria dos países foi motivada pela perda de prioridade do bem público universitário nas políticas públicas e pela consequente secagem financeira e descapitalização das universidades públicas. A crise institucional é o elo mais fraco da universidade pública, pois autonomia científica e pedagógica da universidade assenta-se na dependência financeira do Estado. (SANTOS, 2008).

A universidade precisa passar por reformas, sendo que as reformas nacionais da universidade pública devem refletir um projeto de país. O principal objetivo da reforma é “[...] responder positivamente às demandas sociais pela democratização radical da universidade, colocando fim a uma história de exclusão de grupos sociais e seus saberes de que a universidade tem sido protagonista ao longo dos tempos.” (SANTOS, 2008, p. 51).

As finalidades peculiares da universidade fazem que ela seja imprescindível na construção da sociedade, pois

[...] ela tem um compromisso com o passado, ao preservar a memória; com o presente, ao gerar novos conhecimentos e formar novos profissionais; e com o futuro, funcionando como vanguarda. Por tudo isso, a universidade não pode se isolar do mundo, ela tem de estar presente e atuar de forma que seu ensino, pesquisa e extensão, atendam às necessidades e às exigências dos tempos atuais, sob a perspectiva de um enfrentamento dos problemas da estrutura socioeconômica vigente. (SILVA, 2012, p. 46).

Na intenção de solucionar suas crises de hegemonia, legitimidade e institucional, a universidade precisa priorizar suas funções históricas específicas com responsabilidade social. As ações da instituição precisam estar orientadas para a melhoria da qualidade de vida da sociedade na qual está inserida, pois

[...] a atuação da universidade que não contribui para a melhoria da sociedade humana é inútil. Por isso, três princípios devem reger sua atividade de responsabilidade social. Primeiro, a ação a oferecer deve ser a partir da natureza da instituição, ou seja, a partir do saber e saber fazer, do saber teórico (produção de conhecimento, ensino) e do saber aplicado (formação profissional). Ou seja, teoria e teorias orientadas à ação, à aplicação do conhecimento. Segundo, o sistema de pesquisa necessita estar na base da natureza da universidade. Por isso, deve-se primeiro conhecer a realidade para poder transformá-la. Antes de criticar a realidade, é preciso conhecê-la bem para saber qual é a melhor solução para seus problemas. Terceiro, a extensão se manifesta como ação social sustentada pelo saber. (SANTOS FILHO, 2013, p.18).

A extensão universitária promove a comunicação entre a universidade e a comunidade. O Programa de Extensão Universitária (ProExt) 2015, do MEC/SESu, define como Extensão

[...] o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade,

mediados por alunos de graduação orientados por um ou mais professores, dentro do princípio constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.

O ProExt tem o objetivo de apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas. Criado em 2003, o ProExt abrange a extensão universitária com ênfase na inclusão social.

Nas políticas internas de funcionamento da universidade, a extensão é um eixo pouco privilegiado no tripé ensino, pesquisa e extensão, dificultando-se assim a realização de programas de responsabilidade social mais abrangentes. Apesar disso, as universidades, principalmente as públicas, já possuem diversos programas de responsabilidade social, como, por exemplo, “[...] políticas de cotas para ingresso na universidade, cursinho pré-vestibular gratuito, projetos de acessibilidade a portadores de deficiência, cursos, oficinas, dentre outros.” (SOUZA, 2009, p. 106).

O relacionamento da universidade com a sociedade é essencial, pois a mesma existe com o propósito de fomentar a melhoria de qualidade de vida da sociedade e, por esta razão, não deve se afastar dos interesses, aspirações e necessidades da comunidade na qual está inserida. (SOUZA, 2009). As ações de responsabilidade social da universidade, através de sua tríplice função: ensino, pesquisa e extensão, precisam estar voltadas para o aprimoramento e a transformação qualitativa da sociedade humana. (RIBEIRO, 2014). A instituição universitária “[...] precisa colocar sua competência a serviço de todos os segmentos da sociedade a fim de gerar benefícios de qualidade de vida para todos eles e consolidar sua cidadania nacional e planetária.” (SANTOS FILHO, 2013, p.18).

#### **4. Segurança nas universidades**

A segurança nas universidades é um tema polêmico capaz provocar e interferir no sentimento social coletivo. A atividade “[...] está intrinsecamente ligada às polêmicas políticas do regime militar e a fatos históricos como confrontos entre professores, alunos e polícia militar.” (PIROLO; MORESCO, 2012, p. 251)

Segundo o SINTESTRN (2010), até 1994, as Instituições Federais de Ensino Superior – IFES tinham um quantitativo de vigilantes para atender de maneira satisfatória sua demanda de segurança física e patrimonial. Entretanto, nos anos posteriores as IFES cresceram muito rapidamente, expandindo suas áreas físicas com novos materiais e equipamentos.

O último concurso para o cargo de vigilante foi em 1994, foram abertas poucas vagas, que sequer supriam as necessidades que já se mostravam prementes, aposentadorias, óbitos e a expansão das IFES. Somado a este fato o governo federal lançou o PDV (Plano de Demissão Voluntária), fazendo que muitos funcionários públicos pedissem demissão do cargo. O quantitativo de vigilantes que já não era suficiente diminuiu ainda mais. Muitas IFES passaram a utilizar o recurso de horas extras na tentativa de inibir a violência no interior da instituição. SINTESTRN (2010).

A segurança das universidades federais foi terceirizada com a extinção do cargo de vigilante pela edição da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998 (BRASIL, 1998).

A terceirização da atividade de segurança nas IFES trouxe sérias conseqüências, como: a dualidade de contrato de trabalho, pois terceirizados e servidores efetivos realizam as mesmas funções; alta rotatividade de funcionários, o trabalho perde a continuidade quando é trocada a empresa terceira e/ou seus trabalhadores. Outro problema verificado é

[...] a falta de identificação do trabalhador com o tomador do serviço (no caso estudado, a Universidade), local em que ele executa seu trabalho, acarretando a não

identificação com o órgão público, a percepção de um trabalho realizado não para o bem comum, mas para uma empresa privada - a responsabilização com a "coisa pública" fica comprometida. (SIRELLI, 2009, p.146).

Os vigilantes terceirizados não têm nos seus cursos de formação um módulo de como prestar segurança em uma instituição de ensino, principalmente em Instituições Federais, onde além do grande fluxo de pessoas, há ainda a convivência constante com os alunos, os técnicos e os docentes, que têm peculiaridades únicas ao considerarmos o bojo da sociedade brasileira. A segurança do ambiente acadêmico não pode ser copiada do “modus operante” da área privada, devido à atividade fim dessas Instituições. SINTESTRN (2010).

A sociedade brasileira, especialmente nos grandes centros urbanos, experimentou um crescimento expressivo das taxas de criminalidade ao longo das últimas décadas. (GUIMARÃES, 2014; SAPORI, 2007).

A segurança nas universidades vem sendo tema de constante discussão e causa de estresse ocupacional, principalmente nos servidores vigilantes destas instituições, em consequência do aumento de situações de violência vividas por estudantes, funcionários e professores em todo país.

As universidades, como instituições públicas, são ambientes de transmissão e troca de conhecimentos, lugar no qual todos os indivíduos deveriam se sentir seguros. Entretanto, as universidades refletem, reproduzem e não estão imunes aos acontecimentos da sociedade, têm sido frequentes as ocorrências de furtos, assaltos, homicídios, estupro e tráfico de drogas no ambiente das universidades públicas e privadas de todo o país (PIROLO; MORESCO, 2012).

O aumento da violência em geral está relacionado a vários fatores que podem sugerir um rumo na busca de explicações para o que está ocorrendo, principalmente nas grandes cidades. A problemática está relacionada ao desemprego; falta de assistência social; ausência de oportunidades iguais para todos na sociedade; desigualdade social; limitação do Estado quanto a investimentos nos órgãos de Segurança Pública; a insuficiência de políticas reabilitadoras, efetivas, de jovens infratores, etc. Os delitos, na maioria, são de caráter econômico e estão relacionados à opressão do capital, bem como a metamorfose do mundo do trabalho com a introdução de novas tecnologias e novas formas de acumulação de lucro. (TAQUES, 2007; CARVALHO; SILVA, 2011).

## **5. Metodologia**

Este artigo tem como objetivo analisar como ocorre a gestão da segurança nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do Brasil, através de uma pesquisa bibliográfica, entendida como o ato de indagar e de buscar informações sobre determinado assunto. Segundo Vergara (2013, p. 43), a “pesquisa bibliográfica é o estudo sistematizado desenvolvido com base em material publicado em livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, isto é, material acessível ao público em geral”.

Na construção deste artigo, foram consultadas obras clássicas e artigos científicos de autores reconhecidos nesta área temática, com destaque, entre outros, para: Chauí (2003), Rolim (2007), Sapori (2007), Santos (2008), Souza (2009), Teza (2011).

De posse deste material bibliográfico foi possível discutir e compreender o assunto em debate, correlacionar diferentes perspectivas e assim descrever as conclusões advindas



deste processo. Deste modo, a abordagem utilizada é a de caráter qualitativo e a orientação descritiva.

A pesquisa descritiva de acordo com Vergara (2013) expõe características de determinada população ou de determinado fenômeno, podendo também, estabelecer correlações entre variáveis.

O método do estudo será qualitativo, pois “[...] as abordagens qualitativas se conformam melhor a investigações de grupos e segmentos delimitados e focalizados, de histórias sociais sob a ótica dos atores, de relações e para análises de discursos e de documentos.” (MINAYO, 2010, p. 57).

## **6. Resultados e Discussão**

Após exaustivo estudo sobre o tema Gestão da Segurança nas Instituições Federais de Ensino Superior, apresentados nos capítulos anteriores constata-se que a segurança é um tema crucial em nossos dias, mas não pode ser enfrentado à custa da democracia. Não podemos, mais movidos pelo temor que pela esperança, escolher o sedutoramente enganoso caminho das soluções imediatistas, finalistas e militarizantes conforme ensina Arendt (1994). Em nome disso novos crimes são cometidos.

A pesquisa evidenciou ainda, que a questão da violência, que assola principalmente os grandes centros urbanos, está relacionada ao novo modelo econômico vigente conhecido como globalização neoliberal ou simplesmente neoliberalismo.

É visível no país um processo mais generalizado de violência expresso através do tráfico de drogas e de todos os interesses a ele associados, porém há uma situação decorrente da exclusão econômica e social, consequência do processo de globalização econômico-financeira adotado pelo país, que coloca as causas do problema da violência e da falta de segurança em vários outros planos: “[...] desemprego, falta de condições de saúde e saneamento básico, deficiência no ensino público, má distribuição de renda, entre outros, que agravam o quadro social e provocam, como consequência, um acréscimo nas estatísticas policiais.” (FADUL, 2007, p 32).

As soluções para o problema da segurança pública devem passar pelo fortalecimento da capacidade do Estado em gerir a violência, pela retomada da capacidade gerencial no âmbito das políticas públicas de segurança, mas também devem passar pelo alongamento dos pontos de contato das instituições públicas com a sociedade civil e com a produção acadêmica mais relevante à área. (OSP, 2014).

As instituições de ensino superior sempre discutiram questões relacionadas à violência e à criminalidade, no entanto há um certo distanciamento da universidade, dos pesquisadores, com relação aos órgãos da segurança pública, conforme ressalta Fadul (2007).

Observou-se nos estudos realizados a necessidade de que as ações da universidade estejam orientadas à luz do princípio da responsabilidade social para o aprimoramento e transformação qualitativa da sociedade humana. Chauí (2003) salienta que, desde o seu surgimento, a universidade pública sempre foi uma instituição social.

Constata-se, de acordo com Santos (2005) que a universidade necessita passar por reformas, sendo que as reformas nacionais da universidade pública devem refletir um projeto de país pautado de um amplo contrato político e social, desdobrado em vários contratos setoriais; a segurança é um deles.

Os estudos demonstraram também a necessidade de mudança nas políticas internas de funcionamento da universidade, onde a extensão é um eixo pouco privilegiado no tripé ensino, pesquisa e extensão. A falta de financiamento na extensão é um obstáculo para a

realização de programas de responsabilidade social mais abrangentes. As universidades refletem, reproduzem e não estão imunes aos acontecimentos da sociedade. A cada dia situações de violência são vividas por estudantes, funcionários e professores nas universidades de todo país.

De fato, a segurança nas universidades depende da segurança pública oferecida pelo Estado. O tema não se restringe à política de combate à criminalidade e não se limita à atividade policial. Segurança pública é um sistema integrado que envolve instrumentos de prevenção, justiça, defesa dos direitos, saúde e social, constituindo um dos direitos básicos do ser humano, previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Título II Dos direitos e Garantias Fundamentais. Capítulo II Dos Direitos Sociais. Art. 6º – São direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a **segurança**, a previdência social, à proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

É preciso ressaltar que a extinção do cargo de vigilante pela edição da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998 (BRASIL, 1998) trouxe sérios problemas para as Instituições Federais de Ensino Superior. A atividade-fim da universidade é o ensino, a pesquisa e a extensão. Contudo, para que ocorra a atividade-fim são necessárias áreas estratégicas. A segurança é uma delas, entretanto tal fato não é observado.

Na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo, a segurança é realizada pelo Departamento de Segurança Física e Patrimonial – DESEG, que tem como missão promover e manter a segurança dos usuários, instalações e equipamentos, considerando um conjunto de medidas e atividades empregadas, através de um planejamento prévio. (DESEG, 2014). Esse importante Departamento conta somente com 49 vigilantes do quadro efetivo, sendo que 221 colaboradores são terceirizados. Constata-se que a estratégia da terceirização vem possibilitando uma realidade contraditória, inerente ao capitalismo. Se de um lado as instituições públicas federais, que realizam atividades não exclusivas do Estado, como a educação, sofrem com a retração de verbas e com a diminuição da possibilidade de realização de concursos, de outro existem mecanismos capazes de propiciar acesso a recursos financeiros para contratação de força de trabalho terceirizada. (SIRELLI, 2009).

Outro quesito a ser destacado é que realizando a mesma função há um grupo de servidores efetivos e outro terceirizado. Nesse sentido, a presença de duas categorias exercendo a mesma atividade pode gerar conflitos.

Infere-se, ainda, que muitas são as consequências da terceirização na esfera pública estatal. A descontinuidade do trabalho é uma delas, pois é muita alta a rotatividade de trabalhadores. A outra é a identificação do trabalhador com o tomador do serviço, neste caso a Universidade, local em que ele executa seu trabalho, acarretando a não identificação com o órgão público, a percepção de um trabalho realizado não para o bem comum, mas para uma empresa privada - a responsabilização com a "coisa pública" fica comprometida.

Vale lembrar a importância da atribuição do(a) trabalhador(a) técnico-administrativo em educação encontra-se intrinsecamente relacionada a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão.

A instituição UFSC, que é o retrato das demais IFES, possui uma área total de 1.069.827 m<sup>2</sup>, sendo 280.000 m<sup>2</sup> de área construída. Diariamente estão no *campus* cerca de 40.000 pessoas, entre professores, técnico-administrativos, estudantes e comunidade. Outrossim, transitam e estacionam aproximadamente 15.000 veículos. Nas imediações da instituição, estão instalados 4 agências bancárias e vários caixas eletrônicos. O DESEG faz a segurança do campus através do reforço de rondas e faz presença ostensiva com o uso de viaturas nos principais acessos do campus de Florianópolis. Assim, constata-se a fragilidade da segurança das instituições federais de ensino superior do país.

## 7. Conclusão

A preocupação cotidiana em relação à questão da violência e da segurança pública no Brasil tem assumido papel de destaque na atualidade. Muitos estudos e pesquisas estão sendo realizados acerca da referida temática. Fato este que possibilitou uma noção mais apurada das características do fenômeno criminoso e de seu impacto na qualidade de vida da população. A proximidade da violência e da criminalidade é sentida por todos, fenômeno este que vem atingindo, principalmente, os grandes centros urbanos da nação. (FADUL, 2007; AMORIM, 2013).

O fenômeno da violência tem crescido significadamente na sociedade contemporânea, de forma mais evidente nas duas últimas décadas. Essas estatísticas são intensiva e constantemente exploradas pelos meios de comunicação, fazendo com que a violência represente uma das grandes preocupações da sociedade.

O presente artigo teve como objetivo analisar a gestão da segurança nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), tendo sido alcançado tal objetivo, conforme demonstrado exaustivamente na análise e discussão. Constatou-se que de fato, nas Instituições Federais de Ensino Superior, a segurança é um tema crucial em nossos dias, mas não pode ser enfrentado à custa da democracia. A questão da violência, que assola principalmente os grandes centros urbanos, está relacionada ao novo modelo econômico vigente conhecido como globalização neoliberal ou simplesmente neoliberalismo.

Infere-se ainda a necessidade de mudança nas políticas internas de funcionamento da universidade, onde a extensão é um eixo pouco privilegiado no tripé ensino, pesquisa e extensão. A segurança nas universidades depende da segurança pública oferecida pelo Estado. O tema não se restringe à política de combate à criminalidade e não se limita à atividade policial. Segurança pública é um sistema integrado que envolve instrumentos de prevenção, justiça, defesa dos direitos, saúde e social, constituindo um dos direitos básicos do ser humano, previsto na Constituição Federal do Brasil de 1988.

Finalmente, a extinção do cargo de vigilante pela edição da Lei 9.632 de 07 de maio de 1998 trouxe sérios problemas para as Instituições Federais de Ensino Superior.

## Referências

AMORIM, Deborah Cristina. et al. O enfrentamento de violências contra crianças e adolescentes na perspectiva dos Conselhos de Políticas Públicas de Chapecó (SC). In: BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. **Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais**. Chapecó: Argos, 2013. Cap. 3. p. 67-90.

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. A Mudança do Paradigma Repressivo em Segurança Pública: reflexões criminológicas críticas em torno da proposta da 1ª Conferência Nacional Brasileira de Segurança Pública. **Sequência**, Florianópolis, v. 1, n. 67, p.335-356, dez. 2013. Semestral. Disponível em: [https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v34n67\\_p335/25854](https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2013v34n67_p335/25854)>. Acesso em: 30 ago. 2014.

ARENDDT, H. **Sobre a Violência (1969)**. Trad. de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

BAUMAN, Zigmunt. A utopia possível na sociedade líquida. **CULT - Revista Brasileira de Cultura**, São Paulo - SP, n. 138, p.14-21, ago. 2009. Mensal. Entrevista a Dennis de Oliveira.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998**. Dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional. Diário Oficial [da] União, Brasília, 08 maio 1998. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9632.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9632.htm)>. Acesso em 16 set. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Edital ProExt 2015, de 07 de fevereiro de 2014**. Programa de Extensão Universitária MEC/SESu. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_content&id=12241&Itemid=487](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=12241&Itemid=487)>. Acesso em: 19 set. 2014.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio de; SILVA, Maria do Rosário de Fátima e. Política de segurança pública no Brasil: avanços, limites e desafios. **Revista Katályses**, Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 59-67, jan./jun. 2011. Semestral. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-49802011000100007&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05 set. 2014.

CHAUÍ, Marilena. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Revista Brasileira de Educação. Set\_Out\_Nov\_Dez. N.24, 2003.

DESEG – **Departamento de Segurança da Universidade Federal de Santa Catarina**. UFSC. 2014. Disponível em: <<http://seguranca.ufsc.br>>. Acesso em 21 set. 2014.

FADUL, Élvia. A Universidade, a Comunidade e a Segurança Pública: uma abordagem em três dimensões. **Revista Eletrônica Observare**, Bahia, v. 1, p.30-38, jan./jun. 2007. Semestral. Disponível em: <<http://www.observatorioseguranca.org/revista/vol1/pdfrevista/TextoElviaFadul.pdf>>. Acesso em: 25 ago. 2014.

GUIMARÃES, Luciana. **Segurança cidadã, organização e estratégias de ação política das ONG'S de direitos humanos**. 2014. Disponível em: <[http://www.observatoriomercosur.org.uy/libro/seguranca\\_cidada\\_organizacao\\_e\\_estrategias\\_de\\_acao\\_politica\\_das\\_ong\\_de\\_direitos\\_humanos\\_10.php](http://www.observatoriomercosur.org.uy/libro/seguranca_cidada_organizacao_e_estrategias_de_acao_politica_das_ong_de_direitos_humanos_10.php)>. Acesso em: 14 set. 2014.

KASSBURG, Osvaldir José. O uso de tecnologias para a redução da violência urbana em Santa Catarina. In: BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. **Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais**. Chapecó: Argos, 2013. Cap. 6. p. 149-171.

MELO, Pedro Antônio de; MELO, Michelle Bianchini de; NUNES, Rogério da Silva. Educação à Distância como Política de Expansão e Interiorização da Educação Superior no Brasil. **Revista de Ciências da Administração**, Florianópolis, v. 11, n. 24, p.278-301, maio/agosto 2009.

MINAYO, M.C.S. (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MISSE, Michel. Prefácio. In: BONAMIGO, Irme Salete; CHAVES, Luiz Carlos. **Violências e segurança pública na contemporaneidade: um desafio às tecnologias e inovações sociais**. Chapecó: Argos, 2013. p. 25-47.

OSP. Observatório de Segurança Pública. **A segurança pública no Brasil**. Disponível em: <<http://www.observatoriodeseguranca.org/seguranca>>. Acesso em: 15 set. 2014.

PEREIRA, Edilene Ruth. **Neoliberalismo globalização (resumo)**. 2013. Disponível em: <[www.slideshare.net/edileneruth/neoliberalismo-globalizacao](http://www.slideshare.net/edileneruth/neoliberalismo-globalizacao)>. Acesso em: 08 set. 2014.

PIROLO, Maria Amélia Miranda; MORESCO, Marcielly Cristina. Segurança na Universidade: opinião da comunidade acadêmica. **Revista Nupem**, Campo Mourão, v. 4, n. 7, p.251-259, ago./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/view/226>>. Acesso em: 30 ago. 2014.

RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. Responsabilidade social universitária: a dimensão humana da qualidade da educação superior. **Cairu em Revista**, Bahia, v. 1, n. 2, p.106-121, jan. 2013. Semestral. Disponível em: <[http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013\\_1/07\\_RESP\\_SOC\\_UNIV\\_106\\_121.pdf](http://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos/2013_1/07_RESP_SOC_UNIV_106_121.pdf)>. Acesso em: 17 set. 2014.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projetos de estágio e de pesquisa em Administração: guia para estágios, trabalho de conclusão, dissertações e estudos de caso**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

ROLIM, M. Caminhos para a Inovação em Segurança Pública no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, ano 1, n. 1, 2007. Disponível em: <[http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/marcosrolim/rolim\\_caminhos\\_inovacao\\_seg\\_br.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/marcosrolim/rolim_caminhos_inovacao_seg_br.pdf)>. Acesso em: 05 set. 2014.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 207 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. A Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; ALMEIDA FILHO, Naomar de. **A Universidade do Século XXI: Para uma Universidade Nova**. Coimbra: Almedina, 2008. Cap. 1. p. 1-106.

SANTOS FILHO, José Camilo dos. Responsabilidade Social da Universidade. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NAS AMÉRICAS, XIII, 2013, Buenos Aires. **Anais do XIII Colóquio Internacional de Gestão Universitária nas Américas**. Florianópolis: Repositório da UFSC, 2013. v. 1, p. 1 - 19. Disponível em: <[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114752/2013060-Responsabilidade social da universidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/114752/2013060-Responsabilidade%20social%20da%20universidade.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 16 set. 2014.

SAPORI, Luís Flávio. **Segurança pública no Brasil: Desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 207 p.

SILVA, Maria Helena da. **Universidade Pública e Sociedade: a inserção social dos programas *stricto sensu* em administração e a coprodução do bem público**. 2012. 361 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1128948/mod\\_resource/content/0/TESE\\_MARIA\\_HELENA\\_2012.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1128948/mod_resource/content/0/TESE_MARIA_HELENA_2012.pdf)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

SINTESTRN – Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Rio Grande do Norte. **Projeto de Construção de uma Política de Segurança para as IFES**. 2010. Disponível em: <[www.sintestrn.org.br/.../159-politica-nacional-de-seguranca-para-as-ifes](http://www.sintestrn.org.br/.../159-politica-nacional-de-seguranca-para-as-ifes)>. Acesso em: 18 set. 2014.

SIRELLI, Paula Martins. Terceirização no âmbito público estatal: Estratégia (im)posta à Universidade Federal de Juiz de Fora. **Libertas: Revista da Faculdade de Serviço Social**, Juiz de Fora, v. 9, n. 2, p.131-157, jul./dez 2009. Semestral. Disponível em: <<http://libertas.ufjf.emnuvens.com.br/libertas/article/view/1857>>. Acesso em: 20 set. 2014.

SOUZA, Irineu Manoel de. **Gestão das Universidades Federais Brasileiras**: uma abordagem fundamentada na gestão do conhecimento. 2009. 399 f. Tese (Doutorado) - Curso de Pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009. Disponível em: <[https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1140818/mod\\_resource/content/1/PEGC0118-T.pdf](https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1140818/mod_resource/content/1/PEGC0118-T.pdf)>. Acesso em: 10 set. 2014.

TAQUES, Silvana. A questão social e o estado penal: uma abordagem multidimensional em fenômenos e realidades preocupantes. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 46, out 2007. Disponível em: <[http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2383](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2383)>. Acesso em: 15 set. 2014.

TEZA, Marlon Jorge. Mudanças necessárias – menos repressão e mais prevenção. In: CARPES, W. (Org.). **Temas de polícia militar**: novas atitudes da polícia ostensiva na ordem pública. Florianópolis: Darwin, 2011. p. 31-40.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 14ª Ed. São Paulo: Atlas, 2013.